

Apresentação com Partido

“Que tempos são esses em que temos que defender o óbvio?”
(Bertold Brecht)

Apresentar o dossiê “Retratos da Educação Infantil do/no Campo” é para nós uma grande satisfação e alegria. Satisfação por ver um trabalho concretizado em várias mãos, representativo das lutas e políticas desenvolvidas para a educação infantil no/do campo no Brasil. Políticas que, na articulação com as pesquisas, podem mover reflexões importantes no debate sobre as decisões que vem marcando os investimentos para a Educação e Infância. Como toda prática é guiada por uma concepção de mundo e de sociedade, as ações políticas são sempre respaldadas por nossas concepções e quanto mais conhecemos/apreendemos a realidade do mundo, mais efetivas se tornam nossas ações sobre ele. Alegria por ver a qualidade e a diversidade dos trabalhos e abordagens teóricas, unificadas neste dossiê por objetivos e lutas comuns em prol das crianças brasileiras do campo, sustentadas na defesa do direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada.

Nessa perspectiva, cabe contextualizar que escrever essa apresentação, relendo os textos desta composição, incita-nos um certo Déjà Vu de tempos que já não voltam mais. Este dossiê foi idealizado durante o “V Seminário Nacional da Educação Infantil do Campo” e do “I Encontro de Artes, Cultura e Educação Infantil da região Sul” realizados dias 05 e 06 de dezembro de 2016, na Universidade Federal de Santa Catarina, sob financiamento do extinto Ministério da Cultura e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/PAEP). Com isso, está vinculado ao objetivo do Seminário e do Encontro, de conhecer as práticas e pesquisas realizadas nas diferentes regiões brasileiras sobre a educação infantil do/no campo bem como sobre artes, cultura e infância. O evento, realizado no contexto pós golpe político-jurídico-parlamentar que resultou no Impeachment da presidenta Dilma Roussef, repercute neste dossiê, lançado num momento histórico repleto de contradições.

A onda conservadora, expressa no resultado das eleições presidenciais de

2018, permite que o machismo, o racismo e a xenofobia “saíam do armário” e se coordenem em movimentos, tais como “Escola sem Partido” ou “O Sul é meu país”. As disputas dos mercados, especialmente com os grandes bancos, precipitam sobre os recursos do Estado brasileiro (a grande “mina de ouro” oriunda dos impostos pagos pela classe trabalhadora brasileira), impondo uma política de ajuste fiscal que esfacelam os serviços públicos, impactando diretamente a previdência, a saúde e a educação.

Como se não bastasse esse quadro, as riquezas naturais nacionais presentes na Amazônia, nos minérios, petróleo, pré-sal, aviação, entre outros, são rifados/vendidos a “preço de banana”/ transferidos/ entregues ao capital internacional que encontra na flexibilização da legislação trabalhista e avanço da “uberização do mundo do trabalho” um “terreno tranquilo e favorável” para o aumento de suas taxas de lucro e, contraditoriamente, da miséria e desigualdade social no Brasil. Concomitantemente, o alinhamento entreguista com os Estados Unidos da América e as inúmeras gafes e desgastes diplomáticos internacionais com outros países evidenciam uma política desastrosa para o futuro do Brasil.

Uberização, terceirização, exploração de riquezas, privatização, perdão de dívidas de bancos e grandes companhias, sucateamento da educação, condenação do pensamento crítico e outras precariedades que caminham junto com a mobilização da política por meio de polêmicas (como a não utilização de cadeirinhas para bebês em automóveis), fakenews e provocações, que preenchem a cena da grande mídia. Com isso, enfraquece-se os espaços, já incipientes, de mobilização do debate sobre a consecução das iniciativas ligadas a educação e a cultura, os processos de participação e escolha de representantes, a atuação do poder judiciário, as alterações no mundo do trabalho e muitos outros tópicos implicados com a negociação da vida social.

Nos desafios do presente, parece que compõe-se uma assertiva do pagamento da (inescrupulosa) dívida pública, do (desnecessário) perdão dos dividendos tributários e previdenciários de grandes empresas, bancos e companhias internacionais, da (arriscada) intensificação da exploração do meio ambiente e do (injustificado) esvaziamento dos direitos sociais. Enfim, imersos numa recomposição geopolítica, parece que a precariedade da vida está sendo imposta para a maioria da população. Nesse quadro, as universidades brasileiras vivem um momento de sufocamento nos investimentos, associado a repressões ao pensamento crítico, típico da ciência como forma de interrogação e compreensão

da realidade. Nesse quadro, urge indagar: Quem pagará a conta? O que será das novas gerações? Terão onde estudar? Terão emprego? Terão direitos? O que reservaremos aos filhos e filhas da classe trabalhadora? E para as crianças e os/as trabalhadores/as do Campo?

Se é verdade que as conquistas reconhecidas na sociedade brasileira (de superação da extrema pobreza, com melhorias nos indicadores de acesso à educação, a saúde e a alimentação) ainda eram incipientes e que muitos dos retrocessos políticos, dos projetos de lei e programas em debate agora foram engendrados muito antes, cabe observar que a presença de barreiras na correlação de forças internas possibilitavam avanços, ainda que modestos, impedindo retrocessos. Agora já não encontram mais. A correlação de forças atual está “tranquila e favorável” aos retrocessos sociais.

Esse dossiê, como dissemos antes, foi projetado pelos frutos de um cenário político de maiores investimentos em educação, mas agora impõem-se ameaças as muitas de nossas árduas conquistas. Exemplo está na atual situação dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, ameaçados pela ausência de recursos próprios, sofrendo com os cortes e contingenciamento do orçamento das universidades. Conquistados com a luta de movimentos sociais do campo, agora perecem pela política de austeridade fiscal.

É neste cenário temeroso que, pensando a especificidade da educação infantil, urge nutrir a luta na defesa do seu entendimento como direito de todas as crianças brasileiras. O recente anúncio do governo federal que coloca como solução para o financiamento das Universidades Federais o “Programa Future-se” genialmente apelidado de “Fature-se” pelo movimento estudantil, gerou uma greve calorosa contra o Programa que durou 8 semanas na UFSC, universidade onde este dossiê é publicado e organizado. Calcado na ideologia do empreendedorismo e nas parcerias com empresas para o financiamento das universidades, torna o ensino superior público presa fácil dos interesses mercadológicos tão distantes de um projeto soberano de nação interessado no desenvolvimento humano pleno. Se perdura essa lógica, todos cursos considerados não produtivos, como os que envolvem o direito à educação das crianças do campo, estarão condenados ao fim. Assim, a formação de professores, com destaque especial aos professores de educação infantil, está ameaçada. Se pensarmos a luta histórica de nossa área para que a educação de crianças entre 0 e 6 anos seja realizada por profissionais com curso superior em Pedagogia e a resistência de municípios e instituições que,

seguindo a lógica da economia, contratam para o trabalho com crianças profissionais sem curso superior eximindo-se da necessidade de pagar o piso nacional estabelecido, imaginamos o que “Fature-se” nos prepara. Além disso, cabe destacar que a política de nucleação das escolas do campo já tem condenado milhares de crianças das áreas rurais brasileiras ao não acesso à escola ou a necessitarem de transporte escolar locomovendo-se por longas distâncias até a instituição mais próxima. Com isso, crianças até 3 anos de idade são comumente impedidas de frequentarem a escola e acabam acompanhando os pais no trabalho na roça estando expostas à inúmeros riscos.

Se também é lugar comum um certo romantismo em relação à profissão dos professores de Educação Infantil, agora esse sentimento é respaldado pelo pensamento conservador, pela ausência de recursos à educação e pelo “Fature-se” que aposta em parcerias público-privado, recuperando assertivas ligadas a uma (improcedente) vocação inata para o trabalho na educação infantil. Desprezando a formação profissional de base científica, prevalece o amor pelas criancinhas como critério para a escolha do bom profissional. Assim, basta amar e ter perna forte para correr atrás delas. Essa concepção, calcada no senso comum, no inatismo e no dogmatismo pode repercutir em atrocidades sobre as crianças, as quais denunciemos e repudiamos.

Hoje o avanço da bancada BBB (Boi, Bala e Bíblia) nas representações legislativas, ministeriais e populares colocam a nossa luta em um específico momento. Como lidar e lutar contra os dogmas e as violências (física e psicológica) que estamos diariamente submetidos? A ciência nasce na luta contra o dogma e desse fato deriva seu caráter revolucionário e ameaçador às elites e ao status quo. Para ela, não basta falar ou elucubrar, mas é preciso comprovar, ter fatos concretos, observações reais, experiências objetivamente evidenciadas. Sem desconsiderar os limites da ciência tradicional na explicação da vida e do real, nada poderia ser pior do que o retorno às trevas do dogma religioso para a educação nacional.

Nesse sentido, os textos que agora compõem esse dossiê encontram-se numa perspectiva oposta ao pensamento conservador predominante na política atual. Trata-se de uma defesa intransigente da ciência, da formação profissional em nível superior e de investimentos massivos em educação de crianças, em especial, das residentes nas áreas rurais do Brasil. Para ser professor/a de criança é preciso estudar direito, psicologia, sociologia, história, geografia, didática, arte, literatura,

matemática, desenvolvimento humano, política e muito mais para que se possa avançar na direção do reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos. Aposta-se que essa formação de qualidade possa ocorrer em Universidade, de preferência, pública e descomprometida com os interesses do mercado, portanto, comprometida com as necessidades dos professores, das crianças e de suas famílias. Assim, escola de criança no/do campo é lugar de arte, política, ciência com materiais, brinquedos, livros, comidas, espaços, mobília e outros itens desejados por este coletivo, todos de qualidade e, sobretudo, respeitando a alteridade e especificidade de quem possui pouca idade.

Nesta perspectiva, este dossiê integra os investimentos por animar a luta em defesa da educação e está composto de 8 artigos organizados conforme descrevemos a seguir.

Primeiramente, com uma reflexão crítica pautada na luta pelo direito das crianças à educação infantil do campo, Ana Paula Soares da Silva e Juliana Bezzon da Silva refletem sobre as condições estruturais da educação infantil em assentamentos rurais a partir da observação de duas pré-escolas localizadas em assentamentos rurais do nordeste paulista. As autoras defendem que há uma inter-relação entre as condições estruturais de funcionamento da educação infantil e as práticas pedagógicas efetivadas no cotidiano das turmas que dependem de uma estrutura de trabalho, que envolve organização do tempo, existência de espaços adequados, equipe suficiente, preparada e valorizada, para se concretizarem e nortear práticas condizentes com as especificidades da faixa etária e do contexto de vida das crianças do assentamento rural.

Ampliando a reflexão pelo vasto território brasileiro, Maria Natalina Mendes Freitas, Maria Izabel Alves dos Reis e Salomão Mufarrej Hage refletem sobre a especificidade, a realidade e os desafios da educação infantil do campo na amazônia paraense, resultantes dos estudos que vem sendo desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia – GEPERUAZ em articulação com o Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC) e o Observatório da Educação Superior do Campo. Destacam o atendimento nessa etapa escolar pelos municípios paraenses e a proposta pedagógica que vem sendo implementada, analisando aspectos relevantes da realidade encontrada.

A importância do papel articulador da universidade pública na educação infantil do campo paraibana é retratada por Fernanda de Lourdes Almeida Leal e

Maria das Graças Oliveira. Particularmente, as autoras expõem e discutem experiências realizadas à luz do ensino, da pesquisa e extensão, no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande que, por meio de professores-pesquisadores, vem, desde 2010, contribuindo com a construção de conhecimento e o fortalecimento da referida área.

Marle Aparecida Fidéles de Oliveira Vieira e Valdete Côco focalizam o atendimento da Educação Infantil do Campo (EIC) em contexto de assentamentos, a partir de pesquisa sobre a formação continuada dos educadores que atuam em assentamentos coordenados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de um Estado da região sudeste. Com referencial teórico-metodológico bakhtiniano evidenciam os desafios na concretização do direito à educação das crianças camponesas com questões relacionadas à infraestrutura das instituições e aos processos de articulação entre o movimento social (MST) e o Poder Público.

Um retrato da educação infantil do/no campo no Rio Grande do Sul é mostrado no artigo de Simone Santos de Albuquerque a partir de pesquisa sobre oferta e demanda no estado. Ainda que existam uma série de avanços legais e regulatórios nos últimos anos, a autora destaca que um grande distanciamento entre o real e o legal no atendimento às crianças pequenas no país e no estado, sendo que um dos maiores desafios está relacionado a discrepância, entre o número de crianças matriculadas na Educação Infantil no contexto rural.

No sétimo texto do dossiê, Karina de Oliveira Santos Cordeiro, Isabel de Oliveira e Silva e Iza Rodrigues da Luz, com o objetivo de apresentar um mapeamento dos artigos, teses e dissertações da área da Educação que tiveram como objeto temáticas relacionadas às crianças residentes em áreas rurais da Região Sudeste do Brasil, no período de 2012 a 2016, realizam um levantamento dos grupos de pesquisa da área da Educação da Região Sudeste para verificar se a temática era contemplada e como tem sido estudada destacando lacunas e os desafios a serem enfrentados para que o direito à educação seja assegurado para essas crianças.

Eduardo Vianna e Anna Stetsenko, traz uma esperança quanto a possibilidade da educação no processo de formação dos sujeitos críticos, ativos e revolucionários. A partir da teoria histórico-cultural, os autores se propõem a refletir sobre a possibilidade de transformação da rebeldia em paixão pelo conhecimento a partir de um ensino voltado à justiça social entre jovens e adolescentes sob tutela do Estado e residentes na Costa Leste dos Estados Unidos.

Organizadoras

Soraya Franzoni Conde
UFSC

Valdete Côco
UFES

Já o último artigo que compõe este dossiê, escrito por Soraya Conde e Maicon Leite, aborda como a concepção de educação e de educação infantil orientada pelos pressupostos educacionais socialistas influencia as práticas e produções teóricas que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – desenvolve em suas três décadas de existência. Adota-se como metodologia a pesquisa bibliográfica com a revisão dos autores precursores da concepção moderna de infância (ARIÉS, 1981; POSTMAN, 1999), da Pedagogia Socialista (PISTRAK, 2009; 2000; SUSCHUDOSLSKI, 1978; SHUGIN, 2013) e a concepção do MST (MST, 2004; 2005; CALDART 2000; DALMAGRO, 2010) para a educação de crianças.

Por fim, convidamos o leitor para uma leitura atenta guiada por dois aspectos: 1) a denúncia da realidade da educação infantil no campo no vasto território brasileiro, expressão da desigualdade social e da face cruel da forma como o capitalismo avança sobre os territórios e se reproduz fora dos grandes centros urbanos; 2) o otimismo necessário para a construção de um projeto educacional voltado para o futuro (SUSCHUDOLSKI, 1978) e para uma nova/outra sociedade forjada por seres humanos educados sob os preceitos da socialização dos produtos do trabalho humano e fim da exploração humana. Para essa nova forma de educação, mais importante do que compreender como o ser humano é, é preciso compreender e atuar sua transformação orientada pelos preceitos de justiça, ética, solidariedade, compromisso social, político e coletivo.

Referências

CONDE, S. F. Prefácio sem mordaza. In: PINTO, M. R. B.; RAUPP, M. D. Educação infantil: reflexões decorrentes de um processo de formação continuada”. Copiart, 2016.

EVANGELISTA, O. Por que o Future-se abjurou a formação docente? In: http://universidadeaesquerda.com.br/debate-por-que-o-future-se-abjurou-a-formacao-Acessodocente/?fbclid=IwAR3NP6qxfeTA1_hf0SoMxPVtlOIp4MZby8-rBkqpegjdWvBB2wPKwztau-Y. Acesso em 15/11/2019.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do trabalho ao emprego. Marx e o Marxismo, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan./jun. 2018.

SUCHODOLSKI, B. Teoria Marxista da Educação: Vol II, Lisboa, Estampa, 1978.

